

Experiências em educação preventiva ao uso de drogas: a experiência do Brasil



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil



Experiências em
educação preventiva
ao uso de drogas:
a experiência do Brasil

Brasília, 2014

Publicado em 2014 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França e a Representação da UNESCO no Brasil.

© UNESCO 2014



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição Uso Não Comercial-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-NC-ND 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<<http://www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbyncnd-port>>).

Coordenação: Rebeca Otero, Mariana Braga e Lorena Carvalho – Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil – Divisão de HIV e Aids

Organização de textos: Cintia Freitas

Revisão de textos: Unidade de Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Projeto gráfico: Unidade de Comunicação Visual da Representação da UNESCO no Brasil

Experiências em educação preventiva ao uso de drogas: experiências do Brasil. –

Brasília: UNESCO, 2014.

37 p., il.

ISBN: 978-85-7652-148-8

1. Educação Preventiva 2. Educação contra o Abuso de Drogas 3. Educação em Saúde
4. Brasil I. UNESCO.

Esclarecimento

A UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam grafados no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

Os autores são responsáveis pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed.
CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 – Brasília, DF, Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Site: www.unesco.org/brasil
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br
www.facebook.com/unescobrasil
www.twitter.com/unescobrasil

Comissão Europeia

Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade
SHIS QI 07 BLOCO A, LAGO SUL,
Brasília-DF. 71615-205
+55 (61) 2104-3122
+ 55 (61) 2104-3141

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos coordenadores, colaboradores e beneficiários dos projetos retratados pelas informações valiosas que recebemos para compor este material, fornecendo-nos recursos técnicos e lições de vida.

Nosso agradecimento especial à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), por seu continuado compromisso, nacional e internacional, no enfrentamento dos problemas associados às drogas, reconhecendo a redução de danos como importante estratégia de saúde nas ações de educação preventiva e de tratamento do uso de drogas.

Reconhecemos e agradecemos à Comissão Europeia pelo incentivo técnico e financeiro que foi proporcionado a diversas atividades e iniciativas reportadas nesta publicação.

Por fim, não podemos deixar de agradecer à equipe responsável pela editoração desta publicação: Maria Luiza Bueno e Silva, Edson Fogaça e Paulo Selveira.

SUMÁRIO

Introdução	5
Educação transformadora associada à estratégia de redução de danos	7
Experiências no Brasil	11
Experiência da Lua Nova	12
Experiência da Reciclázaro	18
Experiência da UNIRIO	25
Experiência da SENAD	33

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.¹

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, atribuiu novo enfoque à proteção integral, em linha com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989.²

Por meio de uma doutrina caracterizada pela proteção integral como um dever social da família, da sociedade e do Estado, o país assume uma nova forma de perceber a criança e o adolescente.

Com a complementação desses marcos legais, as crianças e os adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, classe social ou de qualquer outra forma de discriminação, passaram de objetos a sujeitos de direito, na condição de pessoas em desenvolvimento, merecedores de prioridade absoluta na formulação de políticas públicas e na destinação de recursos nas dotações orçamentárias das diversas instâncias político-administrativas do país.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui cerca de 61 milhões de crianças e de adolescentes (de 0 a 18 anos), representando 35,9% da população total.

Crianças e adolescentes frequentemente são vítimas da violência estrutural que caracteriza países como o Brasil – marcado por grande desigualdade – e passíveis de sofrer violação de seus direitos humanos mais elementares: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à segurança, ao lazer, entre outros.

Apesar dos avanços que o Brasil registrou na redução da taxa de mortalidade infantil entre 1998 e 2008 – permitindo preservar a vida de mais de 26 mil crianças –, 81 mil adolescentes brasileiros, entre 15 e 19 anos de idade, foram assassinados.³

1. BRASIL. (Constituição de 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>.

3. UNICEF. *Situação mundial da infância, 2011*: caderno Brasil. Brasília: UNICEF, 2011.

Dados de 2008 mostram que os homicídios são a primeira causa de óbito entre adolescentes de 15 a 19 anos, com 40% dos casos (7.543 óbitos); em seguida, estão os acidentes de trânsito, com 17,8% (3.360 óbitos).⁴ Estudos mostram que as vítimas mais frequentes de homicídio são adolescentes, do sexo masculino, afrodescendentes, geralmente fora da escola e que vivem em comunidades populares de grandes centros urbanos.

Segundo a Secretaria Geral da Presidência da República, o país tem 48 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos. Destes, 34 milhões têm entre 15 e 24 anos, sendo essa faixa etária “a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade”⁵.

São exatamente esses jovens os que estão mais expostos à violência. Segundo pesquisa⁶ realizada pelo Instituto da Cidadania sobre o perfil da juventude brasileira em 2003, 46% dos jovens afirmaram que já perderam uma pessoa próxima em morte violenta, sendo que destes, 38% perderam amigos, 24% perderam primos ou primas e 20% perderam tios. A mesma pesquisa aponta o medo da violência e o medo de perder os pais como as maiores angústias na vida dos jovens brasileiros.

Esses jovens, apesar de vulneráveis, são vistos por parte da população como ameaça. Entretanto, a maioria chega à idade adulta com hábitos saudáveis e de forma funcional e pacífica. Apenas um pequeno número de jovens desenvolve hábitos negativos, como o abuso de drogas e o envolvimento com a criminalidade.

Com base nesse contexto e reconhecendo a relação entre criminalidade, drogas e violência, são grandes os desafios do governo, das organizações da sociedade civil e da comunidade, para oferecer a crianças e jovens uma educação preventiva e transformadora, capaz de reduzir as vulnerabilidades e os danos associados ao uso de drogas.

Agora é momento de somar esforços e de buscar soluções conjuntas e alternativas inovadoras, abrangentes e integrais.

4. Idem.

5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm>.

6. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/perfil_juventude_brasileira.pdf>.

EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA ASSOCIADA À ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE DANOS

Os danos associados ao uso de drogas afetam e provocam problemas para a saúde pública, para a inclusão social e para os direitos humanos, bem como atingem negativamente a área da educação formal, na qual o abandono escolar e o baixo desempenho são agravados pelo uso de drogas por crianças e jovens, assim como pelo aumento da violência no ambiente escolar.

Drogas e violência são temas em constante evidência e não devemos esquecer suas relações com os processos sociais, tais como a desigualdade e a má distribuição de renda e de recursos culturais e educacionais.

Um estudo da UNESCO, que apresentou a posição da Organização quanto à importância da educação para a redução das vulnerabilidades, definiu a educação transformadora como aquela baseada nas prioridades das pessoas e em suas necessidades imediatas⁷. As pessoas que buscam sobreviver à pobreza, às dificuldades em termos de acesso aos recursos públicos, ao desemprego, à discriminação e aos problemas de saúde – isto é, aquelas em situação de vulnerabilidade social – devem ser educadas de modo a desenvolver as suas potencialidades e as suas habilidades. Entre os grupos de maior vulnerabilidade estão as pessoas que vivem com HIV/Aids e os usuários de drogas, incluindo usuários de drogas injetáveis.

É importante considerar as necessidades associadas aos problemas dos usuários de drogas tomando como base a perspectiva dos direitos humanos, já que muitas vezes essas pessoas não podem exercer os seus direitos nem acessar serviços de saúde e de educação. Sem ter acesso à informação e ao tratamento adequado, as pessoas afetadas pelo uso da droga permanecem vulneráveis e, portanto, não são percebidas como beneficiários plenos de direitos humanos e fundamentais. Embora seja crucial garantir as liberdades individuais e os direitos universais, também deve ser prioridade melhorar a qualidade de vida e a autonomia.

A redução dos danos individuais e sociais associados ao uso de drogas deve ser considerada no âmbito das políticas públicas. Da mesma forma, a identificação das instituições que vêm desenvolvendo esse trabalho na educação e na redução de danos contribui para a construção de uma rede de parceiros que promova a sustentabilidade dessas ações educativas no âmbito nacional.

Portanto, examinar as questões da educação e da redução de danos relacionadas ao uso de drogas requer cuidado e olhar especial. Por esse motivo, a UNESCO procurou conhecer

7. UNESCO. *Otra manera de aprender...: estudios de caso*. Paris: UNESCO, 2007. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001518/151825s.pdf>>.

algumas experiências na área da educação e da redução de danos no Brasil, de modo a contribuir para melhorar a visão e a compreensão das práticas educativas, com base na perspectiva da redução de danos.

Nesse sentido, em 2008, a UNESCO no Brasil, com a colaboração da SENAD, do Ministério da Saúde do Brasil e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) realizou um estudo intitulado “Educação como um processo para a redução da vulnerabilidade associada ao uso de drogas: levantamento de experiências brasileiras”. Com a colaboração financeira da Comissão Europeia e seguindo modelo de trabalho semelhante ao realizado em outros países pela UNESCO, o estudo coletou dados sobre diversas ações educacionais em curso relacionadas com o uso de drogas.

O objetivo do estudo foi o de levantar informações que contribuíssem para o trabalho na redução dos danos que as drogas causam à sociedade, buscando identificar se – e de que maneira – as instituições que atuam no campo da assistência aos usuários de drogas no Brasil estabelecem uma conexão entre temas educacionais e atividades de redução de danos. Os questionários foram respondidos por 80 instituições.

O levantamento de experiências no Brasil que enfocam a educação como um processo de redução das vulnerabilidades relacionadas ao uso de drogas, foi concebido com base no programa de redução de danos da UNESCO, por meio da educação formal e não formal. Foi pautado pelo princípio de que atuar na redução de danos com usuários de drogas é uma abordagem não estigmatizante e não excludente, que reconhece o direito de escolher e promove a responsabilidade individual. Destaca-se também em termos da estratégia de redução de danos e do incentivo para o desenvolvimento de ações de educação em saúde, que promovam novas abordagens para o problema das drogas.

Entre as experiências mapeadas, a valorização da educação não formal se destaca. Esse tipo de estratégia direciona-se às áreas fundamentais do conhecimento relacionado à sobrevivência das pessoas e à promoção de sua autonomia. Conhecimentos básicos devem ser assegurados para que elas possam, por exemplo, empreender, procurar emprego e participar das ações propostas pelas organizações que as assistem.

As iniciativas de educação não formal atendem a uma demanda atual e fazem com que seja possível valorizar e aproximar-se da educação formal, que está muitas vezes distante da realidade das pessoas.

A redução de danos está alinhada a uma perspectiva inclusiva e procura assegurar a cidadania e os direitos humanos das pessoas, independentemente de serem usuários de drogas. Assim como os não usuários, aqueles que fazem uso de drogas têm direitos e deveres a serem assegurados e respeitados.

Esforços desenvolvidos por órgãos governamentais como a SENAD, os Ministérios da Saúde e da Educação, além da sociedade civil organizada, têm propiciado avanços significativos para o país ao longo dos últimos anos, e as respostas para esse problema já envolvem as estratégias de prevenção e de atenção a médio e a longo prazo.

No Brasil, a Política Nacional sobre Drogas, implantada em 2005, tem como uma de suas diretrizes “reconhecer a estratégia de redução de danos, amparada pelo artigo 196 da Constituição Federal, como medida de intervenção preventiva, assistencial, de promoção da saúde e dos direitos humanos”⁸. É apropriado ressaltar que um de seus pressupostos é o de

8. BRASIL. Ministério da Justiça. *Política Nacional sobre Drogas*. Brasília: MJ, 2005.

“não confundir as estratégias de redução de danos como incentivo ao uso indevido de drogas, pois trata-se de uma estratégia de prevenção”⁹.

A implementação de ações educativas dirigidas a usuários de drogas tem contribuído para minimizar as vulnerabilidades, enfocando o crescimento pessoal do cidadão e a crença de suas potencialidades.

A fim de que essas ações tornem-se efetivas, é fundamental fortalecer a rede de parceiros que atuam nas áreas da educação formal e não formal, e também buscar referências nas comunidades, contribuindo assim com ações que sejam mais adequadas às necessidades do o público específico atendido. É igualmente importante que as ações da resposta nacional ao problema sejam realizadas de forma compartilhada e descentralizada.

A experiência da UNESCO destaca projetos sociais desenvolvidos em vários países e orientados para o potencial transformador da educação, devido ao seu caráter inovador e por sua capacidade de transformação social. Esses projetos apresentam as seguintes características:

- redução da pobreza por meio do desenvolvimento de recursos para a sustentabilidade;
- inclusão social;
- desenvolvimento de comportamentos do dia a dia que promovem a autoestima e favorecem a autonomia das comunidades, permitindo ajuda mútua;
- fortalecimento da leitura, da escrita e de habilidades matemáticas básicas, que são fundamentais para melhor participação social;
- prevenção e educação sobre o HIV/Aids e o uso de substâncias psicoativas como alternativa para os usuários, quanto ao uso de drogas e à geração de renda;
- ampliação do acesso aos serviços públicos;
- utilização do teatro e vários outros tipos de expressão artística;
- criação de redes que tenham agendas comuns aos participantes;
- utilização de técnicas participativas de avaliação, como processo permanente por parte dos beneficiários.

A educação transformadora, com base no diálogo, na reciprocidade e na troca de experiências, associada à estratégia de redução de danos, tem-se provado exitosa e tem permitido que muitas pessoas saiam da pobreza.

Na etapa final do estudo “Educação como um processo para a redução da vulnerabilidade associada ao uso de drogas: levantamento de experiências brasileiras”, a UNESCO realizou um seminário, organizado em colaboração com a SENAD, Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o UNODC. O seminário, realizado em 9 de dezembro de 2008, no Palácio do Planalto em Brasília, teve por objetivo reunir um grupo de organizações selecionadas por desenvolverem projetos que trabalham com populações vulneráveis, aplicando as estratégias de redução de danos.

Durante o seminário foram apresentados os resultados do estudo e as instituições convidadas compartilharam suas experiências de projetos executados na área de educação e de redução de danos, que foram classificados como *boas práticas*, de acordo com indicadores tais como a capacidade de autopropagação e o potencial de disseminação. Como produto final, foi elaborado um documento contendo os resultados do estudo e do seminário, bem como a descrição do trabalho desenvolvido pelas organizações participantes.

9. Idem.

O objetivo desta publicação é compartilhar a experiência da UNESCO em colaboração com projetos que visam a atender às necessidades de grupos desfavorecidos da população e, em especial, aqueles afetados pelo uso de drogas: Lua Nova, Reciclázaro e UNIRIO, os três apoiados financeiramente pela UNESCO e pela Comissão Europeia. Aproveitamos para compartilhar também nesta publicação a experiência da SENAD na formação de educadores em prevenção do uso de drogas, por sua valiosa contribuição à educação preventiva e transformadora. Apresentamos aqui as práticas e as experiências dos beneficiários, dos prestadores de serviços e das comunidades.

O desafio para se alcançar uma sociedade mais justa consiste em fazer que os mais vulneráveis possam prosperar e superar suas fragilidades.

EXPERIÊNCIAS NO BRASIL

EXPERIÊNCIA DA LUA NOVA – DANDO FORÇAS PARA QUEM TEM VONTADE

A Associação Lua Nova é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada em Sorocaba, São Paulo, com o propósito de fortalecer a autoestima, o espaço social, a cidadania e o direito à maternidade com responsabilidade de jovens mães em situação de risco social, promovendo o exercício prazeroso do papel materno e a formação de crianças saudáveis.

Tem como um de seus pilares fundamentais – em consonância com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente – a participação ativa e o *empoderamento* das jovens que atende.

Para a Lua Nova, é por meio do protagonismo e da gestão participativa institucional que essas jovens poderão exercer a capacidade de decidir e de fazer escolhas para ampliar seu desenvolvimento pessoal e social, reduzindo riscos e aumentando os fatores de proteção para suas vidas. Espera-se que elas se tornem agentes transformadoras da própria vida, exercitando seus direitos humanos, especialmente os sexuais e reprodutivos.

O público-alvo da Associação Lua Nova é composto por jovens mulheres de 16 a 25 anos de idade, gestantes ou mães em situação de risco social. São consideradas situações de risco: o uso de drogas, a prostituição, a falta de moradia e a mendicância.

O trabalho de educação e de estruturação de um projeto de vida para a população atendida pela Lua Nova considera fundamentais cinco eixos básicos: cidadania (exercício de direitos), maternidade, sexualidade, drogas e sustentabilidade. Neles, trabalham-se aspectos relacionados ao respeito, às regras, à responsabilidade e aos direitos e deveres.

FRENTES CONCRETAS DE TRABALHO

TRATAMENTO COMUNITÁRIO

É um conjunto de ações, estratégias e práticas voltadas para a melhora das condições de vida das pessoas que abusam de drogas e que vivem em situação de exclusão social grave, bem como para a melhora das condições de vida na comunidade local na qual se trabalha.

Tem sua ação focalizada na comunidade local e atua em parceria com essa mesma comunidade. Evita-se, com essa estratégia, a necessidade de institucionalização do *paciente*.

O termo *comunidade* refere-se a um território delimitado geograficamente e composto por um conjunto de redes sociais, que contribuem, também, para definir as fronteiras dessa área.

Por exclusão social grave, referimo-nos a contextos de extrema pobreza, baixo nível escolar, sem ocupação ou trabalho e com precárias formas de autossustentabilidade: trabalho ocasional, mal remunerado, à margem da legalidade, exposição à violência grave, vida na rua, exploração sexual, exposição a doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV/Aids, deslocamentos e migrações forçadas, impossibilidade de acesso aos serviços básicos de saúde, educação, segurança e proteção social.

O abuso de álcool e drogas é, para a Lua Nova, uma das possíveis portas de entrada nos contextos de sofrimento social, psicológico, físico e cultural. Focalizar no abuso de drogas é a consequência de um caminho de investigação e experimentação iniciado em 1989. Outras portas de entrada na exclusão social são: HIV/Aids, DST, vida na rua, pobreza e violência extrema.

Por meio de parcerias, a Lua Nova implanta espaços comunitários para usuários de drogas que são centros de acolhimento e escuta, de baixo custo. Promove atividades voltadas para o desenvolvimento de habilidades (maratonas criativas, formação para construção de revista, elaboração de jogos pedagógicos) e de geração de renda. Oferece oficinas sobre sexualidade, prevenção e uso seguro de drogas, distribui preservativos e demais insumos de redução de danos, promovendo a cidadania e os direitos humanos.



Em parceria com o Centro de Formação e Tratamento Comunitário do Brasil, a Associação de Formação e Reeducação Lua Nova promoveu o “Desafio Nacional – Usina de Transformação – Ação Comunitária”.

O objetivo do “Desafio” foi o de criar – por meio do empreendedorismo social – um ambiente comunitário capaz de promover a segurança e integração entre moradores, de estimular o desenvolvimento pessoal e comunitário daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Suas atividades, divididas em etapas e tarefas, foram orientadas para o

desenvolvimento de potencialidades, criação de vínculos e articulação em redes.

Essa iniciativa envolveu cinco ONG de três estados brasileiros: Associação Reciclázaro (São Paulo-SP), Centro Dom Helder Camara (Bayeux-PB), Fraternidade “O Amor é a resposta” (Teresina-PI), Grupo CAPS Jovem (Sorocaba-SP), ONG Pode Crer (Sorocaba-SP) e Associação Lua Nova (Sorocaba-SP). Contribuiu, ainda, para a melhoria da qualidade de vida dos jovens e suas comunidades correspondentes.

A metodologia do “Desafio” também foi eleita como boa prática pelo Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

CRIANDO ARTE

A Oficina Criando Arte foi o primeiro passo rumo ao empreendedorismo e alternativa de renda e trabalho para as jovens residentes na Lua Nova.

O propósito foi o de contribuir para a profissionalização, geração de renda e inserção social das jovens parceiras residentes. O empreendimento iniciou com a produção de bonecas que, de alguma forma, inspiravam as suas histórias de mães e meninas.

Com a criação da oficina, as jovens tornam-se aprendizes e participam da criação de cada produto, apropriando-se das técnicas necessárias à sua confecção, com a supervisão de profissionais. Além das jovens aprendizes e das costureiras, o Projeto conta com uma coordenadora da oficina, uma artista plástica, uma pedagoga e educadores na equipe. Além da área de criação e produção, a oficina conta com estoque, escritório, miniloja e cozinha.

A Lua Nova reconhece que o ideal seria que as jovens frequentassem espaços de educação para o trabalho no bairro ou na região, da mesma maneira que frequentam escolas e postos de saúde. Essa opção facilitaria a inserção das jovens no mundo do trabalho na comunidade local, além de abrir possibilidades de estágio nas organizações existentes na cidade.

Entretanto, sem essa alternativa, a Lua Nova decidiu aprofundar a proposta. Incorporou conteúdos de alfabetização não formal e empreendedorismo, além de investir numa articulação mais ampla e forte de uma rede de parceiros.

A experiência mostrou à Lua Nova que quando uma proposta simples e lúdica é colocada em prática – como as bonecas de tecido – as jovens

são capazes de se apropriar da técnica de confecção e de criar uma peça original. Observamos também que com esse envolvimento na produção, a jovem visualiza um caminho, uma necessidade se aprimorar cada vez mais, apropriando-se do seu processo pessoal e da sua capacidade empreendedora.



“O mais importante é descobrir os potenciais das jovens, colocá-los em prática e valorizar os resultados atingidos. Esses três passos são fundamentais para estimular a crença em si mesma e para perceber que é essa fórmula que utilizamos para solucionar problemas e criar novas situações de vida.” **Rachel Barros, Diretora da Associação Lua Nova**



Percebeu-se também que as jovens em pouco tempo começam a socializar suas experiências dentro do Criando Arte e da comunidade, transformando-se em agentes multiplicadoras. A Lua Nova acredita que esse pode ser um sistema para melhorar o desenvolvimento das comunidades em risco, facilitando a inserção da jovem que amadurece e pode se tornar uma agente transformadora do bairro onde reside.

ACOLHIMENTO DE JOVENS MÃES E SEUS FILHOS

As jovens que chegam à Lua Nova trazem, muitas vezes, em suas bagagens histórias de maus-tratos, experiências negativas de outras instituições, de abandono, de vida nas ruas e, com frequência, com histórico de uso de drogas. Chegam por ordens judiciais ou de forma espontânea, por indicação de amigos.

Inaugurada em 2000, a residência da Lua Nova, em Sorocaba-SP, está organizada com diferentes ambientes com quartos, espaços de convivência e oficinas. Tem capacidade para acolher 25 jovens e 35 crianças residentes.

O processo de acolhimento da jovem e seu filho é uma escolha recíproca. Baseia-se na análise do histórico da jovem, em critérios de seleção e na avaliação por equipe competente da Lua Nova. Por outro lado, é dada à jovem a oportunidade de conhecer a Lua Nova, seus espaços e seu programa (terapêutico educativo e de inclusão social). A proposta é a de construir um trabalho transformador em parceria – o que seria impossível sem o interesse da jovem.

A casa das crianças é um dos principais eixos do processo de fortalecimento do papel materno e do estabelecimento do vínculo mãe-bebê. Na Casa das Crianças, as regras, os horários e os espaços para as crianças acontecem em paralelo à intervenção da equipe na recuperação da integridade da jovem, permitindo monitorar o desenvolvimento da criança e do vínculo mãe e filho.



As áreas temáticas de trabalho com as crianças são: conhecimento social, conhecimento linguístico, conhecimento lógico-matemático, sexualidade e conhecimento natural.

- O conhecimento social visa a desenvolver autonomia, identidade, espírito de cooperação e solidariedade no meio social em que está inserido, respeitando as diferenças individuais.
- O conhecimento linguístico foca na potencialidade de expressão e comunicação, por meio das várias linguagens – verbal, escrita, plástica, corporal e musical.
- O eixo do conhecimento lógico-matemático é estabelecer aproximações a noções matemáticas presentes no seu cotidiano, como contagem, relações espaciais, entre outros.
- O eixo da sexualidade busca a familiarização progressiva com o próprio corpo, conhecendo seus limites, sensações e cuidados necessários.
- O eixo do conhecimento natural visa à integração da criança com seu meio físico por intermédio da estimulação constante, adquirindo experiência que facilite a compreensão do mundo que a cerca e a inter-relação que ocorre entre seus elementos.

PANIFICADORA LUA CRESCENTE

O Projeto *Buffet-Escola*, criado em 2002, iniciou uma nova etapa de profissionalização para as jovens parceiras da Lua Nova, entretanto, seria necessário passar por uma série de transformações.

As jovens aprenderam a prestar serviços em eventos e em festas de confraternização de organizações não governamentais. A dificuldade de obter apoio financeiro para o Projeto levou a instituição a desistir dessa ação como geração de renda e transformá-la em um espaço de voluntariado das jovens em outras instituições.

A proposta foi retomada dois anos mais tarde, em 2004, quando algumas jovens residentes da Lua Nova participaram do Projeto Jovens em Ação, uma parceria da Aracati Agência de Mobilização Social com a Ashoka Empreendedores Sociais. Evoluiu, então, para a proposta de uma padaria, batizada de Lua Crescente. Apesar de ser um empreendimento de baixo custo e alto potencial, o Projeto perdeu fôlego, com a dispersão do grupo inicial. Apenas duas parceiras deram continuidade à iniciativa, produzindo pães e bolos para consumo interno e pequenas vendas. Finalmente, em 2005, a proposta ganhou novo impulso.

Interessadas na área de alimentação, algumas jovens participaram de um curso sobre horta caseira e produtos medicinais. Algumas voluntárias também ensinaram a fazer biscoitos artesanais. O sonho da padaria pôde ressurgir como uma possibilidade mais concreta, com o apoio da Associação Caminhando Juntos (ACJ), que apoia empreendimentos jovens.

O resultado deste empreendimento concreto, além da profissionalização das jovens, é o de favorecer seu desenvolvimento como multiplicadoras, não só em relação às outras jovens residentes, como também junto à comunidade.

Hoje, a Lua Crescente fornece serviço de cafés para eventos de empresas e organizações do terceiro setor. Capacita, ainda, aprendizes em gastronomia e nutrição, por meio de parcerias com universidades e empreendedorismo com a metodologia da Escola de Negócios Sociais da Lua Nova.



EMPREITEIRA ESCOLA

As estatísticas mostram que no Brasil o *deficit* habitacional afeta 83,2% das famílias que recebem três salários mínimos ou menos. Além disso, existem mais 6 milhões de habitações totalmente precárias, pelo seu tipo ou por sua localização inadequada, sem acesso aos serviços públicos urbanos – este é o *deficit* qualitativo. A demanda por habitação cresce 5% ao ano, é uma demanda anual por 600 mil novas unidades, só por causa do crescimento da população.

As jovens residentes da Lua Nova fazem parte dessa população excluída do direito à moradia. Ao sair da residência, passam a viver de aluguel, no qual investem grande parte da sua renda. O Projeto Empreiteira-Escola além de proporcionar uma alternativa para que as jovens tenham sua casa própria, permite que se tornem agentes de transformação da realidade comunitária, gerando ao mesmo tempo trabalho e renda.

Sabe-se que a venda de tijolos ou de serviços poderá gerar renda de, no mínimo, 2,5 salários às jovens residentes da Lua Nova, havendo, também, a possibilidade de firmar convênios públicos e com empreiteiras. O Projeto Empreiteira-Escola foi criado em 2004 para ampliar as oportunidades de profissionalização das jovens parceiras da Lua Nova e para formar jovens mulheres para o trabalho na construção civil. Ao mesmo tempo as capacita para serem multiplicadoras da tecnologia, que passou a ser chamada Construa sua Vida.

Na primeira fase, as jovens aprendem a técnica de fabricação dos tijolos e pintura em parede, e já começaram a construir suas próprias casas como projeto-piloto. No segundo momento, estão aptas a prestar serviços, produzindo e vendendo tijolos, construindo casas e capacitando outras jovens para o trabalho.

O público-alvo inclui a população de baixa renda que sonha com a casa própria, bem como prefeituras com políticas sociais de habitação popular.

Desde o início, a Lua Nova se vinculou a diferentes parceiros para viabilizar a ideia: Ação Moradia (organização social sediada em Uberlândia-MG que desenvolve projetos de fabricação e autoconstrução de casas de tijolos ecológicos), a Faculdade de Engenharia de Sorocaba (que desenvolve tecnologias de construção de casa de baixo custo), a Physis e Mundo Pet (organização social ligada a reaproveitamento de materiais) e o Centro Nordeste de Medicina Popular (para o aprendizado de hortas medicinais).

O diferencial do Projeto está na construção e prestação de serviços feitos por jovens mulheres, incomum ao setor da construção civil, com potencial de qualidade e confiabilidade.

Oferecer moradia às famílias carentes, ensinando-as a conquistar esse bem, demonstrar que é possível construir casas de baixo custo sem perder a qualidade, utilizar técnica simplificada e econômica de tijolos ecológicos e produzir coletivamente agregam simplicidade e resultados no resgate da dignidade e desenvolvimento sustentável de comunidades.

No processo de ampliação de autonomia e inserção social das jovens, a conquista de um espaço para morar com seus filhos, com tranquilidade e estabilidade, é essencial. É uma condição concreta para viver em família e se inserir na comunidade.



Resultados

A sistematização da experiência da Lua Nova nos mostra que os caminhos percorridos por essas adolescentes são bastante difíceis, mas que, mesmo diante das adversidades, um atendimento de qualidade consegue indicar que as adolescentes, em sua grande maioria, demonstram desejo e capacidade de permanecer com seus filhos e de romper o círculo vicioso da vulnerabilidade.

O acompanhamento das mães e filhos tem mostrado que jovens expostas a inúmeras situações de risco – entre elas a violência doméstica e abuso sexual – são capazes de assumir suas responsabilidades maternas, sem colocar em risco a própria vida ou de terceiros. Muitas delas, que buscavam respostas nas drogas ou na prostituição, passam a trabalhar, cuidar dos filhos e planejar o futuro. As crianças, por sua vez, encontram oportunidade de desenvolvimento integral. Juntos, mães e filhos mudam suas histórias.

Os resultados também iluminam os desafios que a Lua Nova ainda tem por enfrentar. Fica claro que a efetiva e completa inserção social das jovens mães e seus filhos só será conquistada com a intensificação da rede social de atendimento, incluindo políticas governamentais específicas. Afinal, 43% das jovens atendidas conseguiram sair da situação de risco extrema, mas não encontraram políticas ou serviços que assegurassem oportunidades de moradia, trabalho fixo ou educação – consideradas essenciais para um projeto de vida diferente. Apenas 38% conseguiram, por exemplo, um lugar para morar com autonomia e apenas 17%, um trabalho fixo. Apesar de não serem foco de atuação específica da Lua Nova, esses quesitos – ao lado da educação para os filhos e a superação da prostituição – revelam-se decisivos para o êxito do trabalho.

EXPERIÊNCIA DA RECICLÁZARO – UMA AÇÃO SOCIAL DE IMPACTO AMBIENTAL

A descrição a seguir apresenta as atividades desenvolvidas pela Associação Reciclázaro¹ no âmbito do programa Redução de Danos em Países em Desenvolvimento: parcerias globais para o desenvolvimento sustentável, tendo a UNESCO como colaboradora-chave.

A Associação Reciclázaro completou, em 2011, 13 anos de atuação no apoio a populações em situação de risco social. Nessa trajetória, foi considerada como uma das organizações não governamentais mais bem estruturadas para atender homens e mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo.

Das 10 mil pessoas vivendo nessas condições, segundo dados oficiais da Prefeitura de São Paulo, 900 passam diariamente pelas unidades da Reciclázaro. Portanto, cerca de 10% da população de rua da capital paulista integram algum programa de reinserção social desenvolvido pela ONG.



A Reciclázaro nasceu a partir de uma ação social da paróquia São João Maria Vianney, no bairro da Lapa, em São Paulo, para recuperar a Praça Cornélia, degradada pela miséria e pelo tráfico de drogas.

Este é o contexto em que se desenhava, em 1998, o primeiro projeto da Reciclázaro: a abertura da Casa São Lázaro para acolher moradores daquela praça, local em que hoje funciona a sede da organização.

A Casa São Lázaro abriu caminho para uma série de iniciativas em favor dos moradores de rua. Disponibilizou psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, dentistas, advogados e um curso de alfabetização. A preocupação seguinte foi encontrar uma alternativa de sustento próprio para as pessoas atendidas. Não bastava apenas acolher, tratar, orientar, oferecer banho e alimentação. Constatou-se que a maioria era formada por catadores de lixo, quase sempre explorados por donos de *ferros velhos*. Recebiam pouco pelo material recolhido das ruas e, às vezes, trabalhavam em troca de álcool.

O passo seguinte foi a criação de um programa de coleta e triagem de materiais recicláveis: uma experiência pioneira da Comunidade Produtiva Reciclázaro, na mesma Praça Cornélia, onde tudo começou. Vem daí o nome Reciclázaro, que fixou a imagem da ONG junto à sociedade. Hoje, essa comunidade está sediada no Butantã, em um terreno de mil metros quadrados, e recicla 70 toneladas de material por mês (lata, papelão, plástico, vidro e alumínio). O Padre José Carlos Spinola, presidente e fundador da entidade, resume o caráter da Reciclázaro: “A latinha volta a ser latinha, o papel volta a ser papel, o vidro volta a ser vidro, o plástico volta a ser plástico e o ser humano, volta a ser ser humano”.

A Reciclázaro desenvolve atividades de educação básica formal e informal, de prevenção de riscos e redução de danos, assim como ações de promoção de habilidades, entre as quais destacam-se as de geração de renda e a capacitação profissional oferecida nas suas diversas

1. Fonte: Sistematização de Experiências RECICLÁZARO.

unidades. Apresentamos também o processo de análises de casos e como é realizada a disseminação do conhecimento além das parcerias estabelecidas e mantidas por cada centro.

São quatro os eixos de trabalho da Reciclázaro:

Promoção social – visa à promoção do cidadão participativo e responsável que, ao mesmo tempo em que é acolhido, é desafiado a identificar e experimentar suas aptidões pessoais e sociais, apoiado por processos educativos que contribuem para o seu desenvolvimento;

Geração de renda – enfoca a formação do ser humano produtivo para que, sendo capaz de utilizar suas habilidades e valendo-se dos seus recursos pessoais, atinja a mudança efetiva que o retire da situação de exclusão e o integre efetivamente à vida social do espaço que ocupa;

Intervenção comunitária – tendo como referência o modelo de tratamento com base comunitária, desenvolvido e utilizado por uma rede de organizações latino-americanas, os projetos desenvolvidos pela organização combinam as ações de organização e articulação em rede, assistência básica, educação, terapia e trabalho, abordando o ser humano integral, em suas diversas esferas;

Educação ambiental – atua buscando criar uma relação harmoniosa entre as pessoas e a natureza, orientando na utilização adequada dos recursos e no respeito dos seus limites. Quando ambos se reconhecem, a reciclagem da latinha e do homem acontece conjuntamente.

A ampla rede de parceiros construída pela Reciclázaro, ao longo do tempo, é um fator fundamental para responder às diversas demandas de formação dos beneficiários e das equipes.



CASA DE SIMEÃO

É a moradia temporária de acolhida e de reinclusão social para idosos que foram moradores de rua. Na casa, há 180 vagas preenchidas e um programa regular de atividades socioeducativas, com alfabetização de adultos, padaria-escola e encaminhamento para oficinas de capacitação e de geração de renda.

No ano de 2003, foi publicado no Brasil o Estatuto do Idoso e, posteriormente, foi criada a Política Nacional do Idoso, em resposta às mudanças do padrão demográfico: aumento da expectativa de vida, queda das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil e avanços no tratamento das doenças que resultam no progressivo envelhecimento da população.

Embora a aplicação total do Estatuto ainda não seja efetiva, a participação cidadã e os resultados atingidos pelas organizações sociais que cuidam dessa população específica, entre as quais se destaca a atuação da Casa de Simeão, têm sido fundamentais para promover a aplicação da legislação vigente.

A metodologia de trabalho utilizada na Casa de Simeão baseia-se no reconhecimento do idoso de forma integral, possuidor de sabedoria e de experiências, que em um processo de educação permanente e de realinhamento de suas visões e expectativas, constrói novos caminhos, mais abrangentes e mais



dignos. Trabalha-se no combate ao isolamento, privilegiando escutar e negociar, alimentando o desejo do idoso de continuar a desenvolver o seu potencial humano e intelectual.

Nesse processo, os usuários participam das ações de cuidados do espaço, como limpeza, organização e auxílio na cozinha, tornando-se assim corresponsáveis pela gestão da casa.

A agenda da Casa de Simeão tem um elenco diversificado de atividades: alfabetização de adultos, exibição de filmes, rodas de conversa, cursos de inclusão digital, grupo dos alcoólicos anônimos, grupo musical e jornal mural. As palestras abordam várias temáticas, como: envelhecimento; qualidade de vida; cuidados pessoais e ações preventivas em saúde; DST/Aids; políticas públicas; lazer; cultura e cidadania.

REPÚBLICA PARA IDOSOS TATUAPÉ

A República Tatuapé oferece uma alternativa de moradia autônoma e segura, com a consequente saída definitiva das ruas de pessoas idosas sem laços familiares estabelecidos e que recebem renda mínima, para propiciar o exercício da cidadania e da qualidade de vida, combater o isolamento social e evitar a ociosidade.

Trata-se de um projeto diretamente vinculado à Casa de Simeão, pois os dez moradores que a integram residiram naquele abrigo e apresentaram vontade de morar em um espaço menor e com mais autonomia. Um espaço que lhes oferecesse maior segurança e ampla liberdade.

Partindo do pressuposto de que a preservação da autonomia e da independência são

Com capacidade para dez vagas de moradia, desenvolve-se um programa de atenção psicossocial, abordando temas como:

- noções básicas de planejamento financeiro doméstico (gestão do próprio dinheiro e pagamento das despesas com água, luz, gás, alimentação, entre outros);
- reflexão sobre respeito às questões de raça, cor, sexo, credo religioso ou político dos moradores da República;
- noções de higiene e de conservação do imóvel;
- criação de escalas de limpeza;
- manutenção do espaço, pelo pagamento das despesas e pelo cuidado de suas próprias vidas.

Contam com um regimento interno que os auxilia na administração da rotina e com o apoio de uma equipe técnica que acompanha os processos, podendo promover espaços de diálogo e de reflexão sobre temas diversos, além de participar das assembleias mensais que são combinadas.

condições fundamentais para se levar uma vida bem-sucedida, a casa é gerenciada por eles mesmos, que são os responsáveis pela manutenção do espaço, o pagamento das despesas e o cuidado de suas próprias vidas. Contam com um regimento interno que os auxilia na administração da rotina e com apoio de uma equipe técnica que acompanha os processos, podendo promover espaços de diálogo e reflexão sobre temas diversos, além de participar das assembleias mensais que são combinadas.

Essa experiência proporciona aos moradores maior integração social e participação efetiva na comunidade, instituindo novas relações, formando uma densa rede de apoio e se colocando frente aos novos pontos de referência, além de fazer com que identifiquem suas competências e coloquem à prova antigas resistências, enquanto se reconhecem mais tolerantes, solidários e ativos quanto ao convívio coletivo.

CASA DE MARTA E MARIA

Na Casa de Marta e Maria, todas são convidadas a sonhar e a colocar por escrito como concretizarão esses sonhos, construindo em conjunto com a assistente social e a psicóloga seus projetos de vida.

A criação do projeto de vida é um momento-chave no qual cada uma reflete sobre a sua situação anterior, enxerga o presente e desenha o seu futuro, estabelecendo metas de curto e de médios prazos, que exigem o reconhecimento de suas próprias capacidades e a valorização do seu ser produtivo.

Essa dinâmica é importante porque também oferece ferramentas concretas que orientam os técnicos e educadores nas intervenções específicas que desenvolvem no decorrer do processo.

A Casa de Marta e Maria é um espaço de acolhida para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, marcadas pela violência e pela vida nas ruas. Funciona em parceria com a Prefeitura de São Paulo, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Desigualdade, discriminação, iniquidade, falta de oportunidades, ausência nos âmbitos de decisão e presença minoritária nos espaços de poder são só alguns dos fatores que ainda hoje caracterizam a vida das mulheres e ocupam as discussões dos diversos setores que trabalham em favor dos direitos humanos.

Apesar de sua riqueza e grandeza, o Brasil ainda tem muito que avançar em relação à igualdade de gênero. Em 2006, ocupava a 50ª posição entre os 149 países no índice de equidade de gênero, segundo o Observatório da Cidadania.² Na casa de Marta e Maria, todas são convidadas a sonhar e a colocar por escrito como concretizarão esses sonhos, construindo em conjunto com a assistente social e a psicóloga seus projetos de vida.

A criação do projeto de vida é um momento-chave no qual cada uma reflete sobre a sua situação anterior, enxerga o presente e desenha o seu futuro, estabelecendo metas de curto e de médio prazos, que exigem o reconhecimento de suas próprias capacidades e a valorização do seu ser produtivo.

Essa dinâmica é importante porque também oferece ferramentas concretas que orientam os técnicos e educadores nas intervenções específicas que desenvolvem no decorrer do processo.

A primeira e mais importante violência que uma sociedade pode sofrer é a indiferença quanto aos direitos do seu povo, e mudar essa situação depende, em grande parte, da atuação da sociedade civil organizada que, com

Fortalecendo vínculos

O grande desafio da casa é o de reconstruir laços e promover relações, indispensáveis para criar espaços de confiança e de proteção.

As atividades desenvolvidas funcionam como mediadoras de conflitos e promotoras dos vínculos, proporcionando às beneficiárias o reconhecimento de ser mulher e a reconciliação com a própria história, ao mesmo tempo em que propiciam a interação com a equipe de referência, entre pares e com o ambiente que elas ocupam.

2. Disponível em: <<http://www.ibase.br/>>.

sua capacidade e sensibilidade, demonstra, com ações permanentes e eficazes, o poder transformador que possui. Nesse contexto, a Casa de Marta e Maria foi criada, em 2003, para garantir um espaço seguro e a possibilidade de criar novos desfechos para velhas histórias.

A Casa funciona em regime de cogestão, acolhendo e oferecendo condições para o fortalecimento da autoestima e o resgate da autonomia pessoal e social. Na Casa, contam-se 70 histórias de vida que – às vezes divididas, às vezes sob sete chaves – reclamam atenção e inspiram dedicação.

São 40 mulheres e 30 crianças que, vindas de diferentes pontos do país, moram na Casa de Marta e Maria. A maioria é encaminhada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro da Mooca, outras pela ampla rede de parceiros. Muitas delas têm filhos, outras sonham em tê-los. Algumas dão gargalhadas e gostam de chamar a atenção, outras choram. Há as que usam álcool e outras drogas, e as que não usam nada. Há as que completaram o ensino médio e as que apenas sabem ler. Poucas já trabalharam, mas muitas nunca foram empregadas. Algumas tiveram a rua como seu lar, outras saíram de casa em busca de uma moradia. Todas são mulheres corajosas e habilidosas, capazes de inventar novos destinos e de registrar suas marcas de coragem, de valentia e de superação.

Entre os principais resultados, encontram-se:

- a retomada de vínculos com redes positivas;
- a redução de danos causados pelo uso do álcool e de outras drogas;
- a conquista da cidadania plena;
- a inclusão no sistema escolar;
- a inserção no mercado laboral;
- o fortalecimento da autoestima;
- a conquista da moradia autônoma;
- a melhora da relação mãe-filho;
- a modificação de comportamentos;
- a aquisição de novas habilidades e competências para a vida.

ARTE, CULTURA E MEIO AMBIENTE

Centro de Formação Profissional e Educação Ambiental Reciclázaro (CEFOPEA)

No processo de reconstrução dos vínculos entre a natureza e a sociedade, e em coerência com o trabalho desenvolvido desde sua gênese, a Reciclázaro assumiu, em 2008, um novo desafio: o CEFOPEA.

O CEFOPEA tem quatro objetivos:

1. Organizar e intervir, junto à comunidade local, principalmente com as pessoas em situação de sofrimento social, para reconhecerem as potencialidades e reduzir o consumo de drogas, a exposição às DST/Aids e a violência, por meio de ações de formação, de sensibilização e de geração de renda, bem como atividades culturais e encaminhamentos;
2. Sensibilizar a comunidade, a começar pelas crianças e pelos adolescentes, por meio de palestras, oficinas e encontros, quanto às boas práticas ambientais, evidenciando a necessidade de repensar nossas ações e buscar novas atitudes;
3. Promover a formação profissional e humana oferecida no Curso de Jardinagem e Conservação Ambiental, com vistas à entrada no mercado de trabalho e à consciência cidadã para intervir ecologicamente em favor da sustentabilidade;

4. Promover a geração de trabalho e de renda por meio de oficinas e cooperativas de reciclagem, que estimulem o retorno de pessoas em situação de sofrimento social ao estágio produtivo de vida. Capacitação para o empreendedorismo e para o trabalho em equipe, promovendo atividades produtivas no campo do artesanato, da produção de mudas e do trabalho com tecnologias limpas (construção de aquecedor solar, captação de água da chuva) e da coleta seletiva de lixo.



A Comunidade de Belém recebe um novo espaço, com o Centro de Formação Profissional e Educação Ambiental –(CENFOPEA).

Dirigido a um público intergeracional (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) em situação de vulnerabilidade social, mas também aberto à comunidade, o CENFOPEA combina processos de educação formal com estratégias de educação não formal. Oferece ainda capacitação de acordo com as novas tendências do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que gera consciência social sobre a importância de se estabelecer uma nova relação com o meio ambiente.

O processo educativo baseia-se na formação de pessoas capazes de compreender os desafios que enfrentamos globalmente e de agir localmente, de forma crítica, consciente e propositiva.

Em breve, a padaria da Casa Simeão será transferida para o CENFOPEA e se tornará um projeto das mulheres da Casa de Marta e Maria. Essa proposta fez parte de uma ação do Tratamento Comunitário chamada Desafio de Geração de Renda, que formou um grupo de mulheres empreendedoras que irão assumir a administração da padaria. Deverá chamar-se, segundo elas, de Padaria Pão de Moça.

O programa de educação ambiental do CENFOPEA tem uma dupla proposta: o de contribuir para que as pessoas desenvolvam os conhecimentos, as atitudes e as habilidades necessárias para a preservação e a melhora da qualidade do ambiente, ao mesmo tempo em que promove estratégias sustentáveis de geração de trabalho e renda para a população que frequenta o espaço.

No Centro, alunos, professores, crianças, jovens, adultos e idosos, todos juntos em sala de aula, rompem barreiras etárias e de outros tipos, constroem um processo de aprendizagem coletiva e estabelecem vínculos relacionais. São saberes que, ao entrarem em contato com outros, transformam-se em saberes mais complexos, mais acabados, em um novo conhecimento.

Um grande diferencial da metodologia utilizada pelo CENFOPEA é a combinação das referências teóricas e metodológicas da *educomunicação* e do socioconstrutivismo, pelas quais se promove a participação ativa dos estudantes e o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual das pessoas, auxiliando-as nas tomadas de decisões individuais e fazendo com que se sintam confiantes para abraçar novos desafios.

PONTO DE CULTURA ARTE-VIDA RECICLADA

O Ponto de Cultura Arte-Vida Reciclada é uma conquista recente da Reciclázaro. Realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), difunde a produção cultural local nas suas diversas formas de expressão: artesanato, música, cinema, literatura, valendo-se das inúmeras riquezas multiculturais que a região apresenta. O Ponto de Cultura reconhece nas pessoas em situação de vulnerabilidade, o potencial de quem ainda tem muito por descobrir, e gera

novas oportunidades de formação que promovem a expressão cultural desses atores, oferecendo espaços para a geração de trabalho e de renda relacionados à cultura e ao meio ambiente.

O Arte-Vida Reciclada oferece:

- inclusão digital – oficinas de informática básica, rádio no ambiente escolar, vídeo, áudio-descrição;
- arte ambiental – brinquedos de sucata, cenografia, arte em azulejo, moda sustentável e encadernação;
- iniciação artística – contação de histórias e história em quadrinhos.

Aberto à comunidade e dividindo espaço com o CEFOPEA, o Arte-Vida Reciclada é um ponto de encontro onde coexistem ideias, sonhos e projetos. É um ponto de referência para os mais diversos atores da vida social do bairro. Ali, são construídas relações e oferecidas opções para aqueles que muito perderam.

COMUNIDADE PRODUTIVA DO BUTANTÃ – RECICLA BUTANTÃ

A experiência desenvolvida pela Reciclázero tem demonstrado como é possível realizar projetos de geração de renda em contextos heterogêneos e com as mais diversas populações. A geração de renda pode ser realizada com base em recursos que já não são úteis para alguns; porém, esses recursos constituem receita para outros, como é o caso da Cooperativa Recicla Butantã, primeiro programa de geração de renda criado pela Associação Reciclázero, que gera renda e melhores condições de vida para um grande número de cooperados.

Em um primeiro momento, observou-se a necessidade de proporcionar às pessoas atendidas pela Associação um meio de sustentabilidade com o qual elas pudessem resgatar a dignidade, a autoconfiança e o respeito, e, enfim, serem protagonistas de suas vidas e perceberem que a vida não se resume ao uso de drogas.

Em sua origem, o programa tinha o intuito não somente social, mas também ambiental. Sendo assim, são realizadas palestras, oficinas e eventos em escolas, empresas e condomínios, enfatizando o consumo consciente e a importância da destinação adequada para o material reciclável, e assim preservando, a natureza.

Em fevereiro de 2008, a Comunidade Produtiva do Butantã, tornou-se uma Cooperativa, juridicamente constituída, denominada Recicla Butantã, que segue os princípios de sua criação, dando oportunidades para pessoas em situação de risco e cuidando do nosso meio ambiente.

A partir dessa iniciativa, novos caminhos se abrem, e o sucesso do programa de coleta seletiva já está sendo reproduzido em outros bairros, com o apoio da Petrobras.

Com o passar do tempo, percebeu-se a importância de tornar a Comunidade Produtiva do Butantã uma Cooperativa, gerando mais autonomia para as pessoas que faziam parte do Projeto, e criando mais oportunidades de parcerias.



Com o passar do tempo, percebeu-se a importância de tornar a Comunidade Produtiva do Butantã uma Cooperativa, gerando mais autonomia para as pessoas que faziam parte do Projeto, e criando mais oportunidades de parcerias.

EXPERIÊNCIA DA UNIRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CAMINHOS DA JUVENTUDE: SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA EM FAVELAS CARIOCAS

O objetivo desta experiência foi criar uma rede de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST), especialmente HIV/Aids, e de prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas, como álcool, tabaco, maconha e cocaína, entre jovens moradores de duas comunidades populares (favelas) da cidade do Rio de Janeiro: Chapéu Mangueira e Babilônia, no âmbito das ações de extensão universitárias desenvolvidas nos campos da saúde, da educação e da cultura nessas duas comunidades.

O propósito da intervenção foi desenvolver ações capazes de reduzir o nível de infecção por DST, o uso de drogas e promover práticas responsáveis. O Projeto buscou também ampliar o acesso desses jovens a atividades culturais e educativas por meio da criação, do desenvolvimento ou do fortalecimento de equipamentos públicos locais, tais como o centro esportivo, a biblioteca comunitária, o posto médico e a creche comunitária.

As comunidades populares de Chapéu Mangueira e Babilônia são assentamentos urbanos antigos, localizados na encosta do bairro do Leme, e cuja origem remonta a década de 1940. As duas favelas ainda apresentam problemas de infraestrutura urbana e, sobretudo, carecem de espaços educativos e culturais para os jovens. Por outro lado, os moradores dessas comunidades têm uma vista privilegiada da cidade: de lá, avista-se o Pão de Açúcar, a Enseada de Botafogo, a Marina da Glória e as orlas do Leme e de Copacabana.

A forte presença do tráfico de drogas, somada ao baixo nível de escolaridade dos jovens, aumenta a vulnerabilidade social da população dessas comunidades.

Os dados estão desatualizados e não refletem o crescimento acentuado por que passaram as favelas de Chapéu Mangueira e Babilônia, que, no ano 2000, somavam aproximadamente 3.500 moradores, distribuídos em 692 domicílios. Desse contingente, de 50% a 77% eram crianças ou jovens, de 0 a 24 anos. Dos 683 responsáveis pelos domicílios dessas duas áreas, 56% apresentavam de 0 a 5 anos de estudos, em 2000. Por outro lado, os poucos anos de escola influenciam diretamente a renda dos moradores das áreas em análise: do total de responsáveis por domicílio, 77% ou 520 indivíduos recebiam de zero a três salários mínimos, reforçando a íntima relação entre renda e escolaridade.

Essa rede foi formada por jovens dessas comunidades em parceria com estudantes universitários da UNIRIO, orientados por pesquisadores da área de saúde e de educação, que desenvolveram atividades lúdicas e educativas junto aos demais jovens das comunidades, e atuou por meio de um grupo cultural intitulado CAJU: Caminhos da Juventude.

A metodologia utilizada baseou-se no trabalho do educador Paulo Freire, presente na intervenção junto a grupos populares, mas atualizada com novas ferramentas pedagógicas



advindas da metodologia conhecida como *animação cultural*. Em ambas, buscam-se meios para desenvolver a autonomia do educando com base em sua sensibilização para o mundo, do seu lugar como agente transformador da realidade e do seu papel como sujeito político, no sentido amplo do termo.

O ponto de partida foi a formação de um grupo cultural composto, inicialmente, por dez jovens das duas comunidades, que ficaram responsáveis por um conjunto de atividades que produzissem uma mobilização permanente dos demais jovens locais, tais como: a) encenação de peças educativas; b) aquisição e distribuição de preservativos entre os jovens da comunidade; c) produção de cartilhas lúdicas e educativas para diferentes faixas etárias de jovens; d) realização de levantamentos locais; e) elaboração de relatórios e material de divulgação relatando a experiência.



Os beneficiários foram 20 jovens que receberam formação para atuar como agentes multiplicadores no campo da saúde. No processo de formação desses jovens, foi privilegiado o desenvolvimento de habilidades de leitura, de escrita e de oralidade. As ações tiveram como base discussões sobre saúde, mas buscaram abranger outras dimensões da vida desses jovens, como a sua inserção escolar e projetos de ingresso no mercado de trabalho.

A intervenção ocorreu nos espaços da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira, que dispõe de um posto médico, uma escola e um centro esportivo, composto por uma quadra de esportes, um palco e quatro salas de aula. Os jovens receberam uma bolsa no valor equivalente a US\$ 50,00

(cinquenta dólares) por mês para participar, uma vez que são oriundos de famílias pobres, com renda mensal inferior a US\$ 200,00 (duzentos dólares).

A partir do enfrentamento e da discussão sobre práticas responsáveis no campo da saúde, da prevenção de HIV/Aids, da gravidez na adolescência e sobre o uso de drogas, os horizontes culturais e intelectuais desses jovens foram ampliados. O Projeto investiu também no desenvolvimento de habilidades, tais como a leitura, a escrita e a expressão oral, o que lhes permitiu melhorar a qualificação educacional e favoreceu o ingresso mais vantajoso no mercado de trabalho. O pressuposto que levou à concretização dessas ações foi o de que os comportamentos de risco na vida sexual desses jovens têm relação direta com a ausência ou com a dificuldade de conceber e de realizar projetos de médio e de longo prazos.

O ciclo vicioso que leva a comportamentos de risco incide sobre as várias dimensões da vida desses jovens e se inicia com o abandono precoce das redes educacionais, o ingresso subalterno no mercado de trabalho, e a reprodução da pobreza dentro de uma sociedade marcada pela lógica do consumo. Esses jovens são sistematicamente excluídos, o que faz com que busquem satisfação imediata em atitudes de risco social, que incluem o uso de drogas, a prática de sexo sem preservativos e, no limite, o ingresso em organizações criminosas.

O público-alvo do Projeto foi formado por jovens, dos sexos masculino e feminino, entre 13 e 17 anos de idade. A expectativa é que com o desenvolvimento das atividades, o público envolvido se expanda progressivamente. Houve clara opção em se trabalhar com esse segmento da juventude, por acreditar-se ser um dos que mais sofre com a vulnerabilidade e, ainda, podem ser um eficaz multiplicador de práticas positivas em suas comunidades. As ações desenvolvidas pelo Projeto buscaram apoiar esses jovens na construção de um projeto de vida integral, por

Partiu-se da compreensão de que um projeto de desenvolvimento representa a ampliação das liberdades individuais e coletivas, e que para alcançar esses objetivos deve-se promover a criação de condições que possibilitem o exercício da liberdade. Essas condições habilitadoras constituem-se no seguinte:

- práticas responsáveis no campo sexual e na prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas;
- habilidades para o trabalho juntamente com a continuidade da jornada educacional;
- desenvolvimento e fortalecimento de redes culturais da juventude.

meio do fortalecimento da visão de que eles são sujeitos de direitos, isto é, portadores e, ao mesmo tempo, difusores de práticas responsáveis no campo da saúde, da educação e da cultura.

FORMAÇÃO

A formação do grupo teve como finalidade ampliar os espaços educacionais que discutem os conceitos trabalhados nas instituições de ensino (fundamental, médio e superior) para proporcionar suporte teórico às oficinas desenvolvidas. A formação contribuiu ainda para o processo de emancipação dos indivíduos e do grupo, com fundamentação teórica e ideológica, compatível com o Projeto aprovado pela UNIRIO, pela UNESCO, pela comunidade e pelo grupo envolvido.

A atividade de formação incluiu a discussão de temas que permitiram a apropriação e a tradução dos conhecimentos acadêmicos em forma de ações de intervenção. Estimulou o diálogo entre o curso dos estudantes universitários e as ações de extensão e de intervenção no campo. Também proporcionou aos universitários rico material de reflexão e de experiência específica na sua área.

Para os jovens da comunidade, favoreceu a discussão e a apropriação dos conhecimentos que compõem a educação preventiva, e que se vincula aos conteúdos trabalhados na escola. Para a coordenação do Projeto, foi um riquíssimo espaço de formação coletiva, no qual as relações entre teoria e prática foram amplamente discutidas.

LIVRE OFICINA DE TEATRO CAJU

Agenda de trabalho

- realização de reuniões pedagógicas com os universitários e com os jovens;
- estímulo ao debate sobre as relações entre teoria e prática;
- apresentação de conhecimentos desenvolvidos por ações semelhantes;
- suporte aos universitários na atuação com os jovens;
- suporte aos jovens da comunidade para que se tornem multiplicadores de conhecimento;
- criação de laboratórios para o desenvolvimento de pesquisas.

Essa atividade teve por objetivo trabalhar o teatro como forma de acesso a diferentes linguagens de comunicação social com os jovens, abordando questões sociais como: identidade jovem, gravidez na adolescência, prevenção de DST e uso de drogas.

A atividade teatral iniciou-se em 2008, com a criação do grupo cultural intitulado CAJU, a junção das sílabas iniciais de *caminhos da juventude*, ideia norteadora da proposta de abrir novos caminhos para a juventude local. No entanto, CAJU é também o nome de uma fruta típica do Brasil, que tem características muito peculiares: possui formato, cor e sabor muito intensos e se presta a múltiplos usos (sucos, doces, licores etc.); quando consumida diretamente, tem um amargor intenso que a torna de difícil ingestão. As analogias com a experiência da juventude são óbvias, pois os jovens também experimentam o mundo de modo intenso e

A metodologia de formação do grupo foi desenvolvida em três instâncias:

1) suporte aos universitários – em encontros semanais, eventos acadêmicos e suporte contínuo, discutiram-se conhecimentos que inspiram a construção pedagógica da atuação dos estudantes universitários com os jovens da comunidade;

2) suporte aos jovens – em encontros semanais, eventos acadêmicos e com os estudantes universitários discutiram-se conhecimentos

que contribuam para que os jovens se tornem multiplicadores de conhecimentos junto à comunidade; também se ofereceu suporte para a reflexão sobre as ações desenvolvidas no local;

3) suporte acadêmico – leitura crítica dos resultados de pesquisas para a publicação em eventos científicos;

4) Fórum FEOP/UNIRIO abriu novos espaços políticos propositivos e de questionamento de políticas de ingresso e de permanência na UNIRIO.

têm muitos caminhos abertos à sua frente, mas, se não tiveram uma experiência cotidiana do mundo apoiada e trabalhada pela educação e pela cultura, tornam-se e passam a ser vistos como *problemas sociais*.

Objetivos da Livre Oficina de Teatro CAJU:

- vivenciar jogos teatrais;
- estimular o desenvolvimento da percepção crítica da própria realidade social;
- despertar a capacidade de realizar uma leitura crítica dessa realidade;
- estimular a resolução de problemas e a tomada de iniciativas que facilitem a vida cotidiana;
- criar atitudes e propostas de transformação da vida comunitária;
- apresentar o teatro como importante ferramenta de diálogo com a comunidade;
- experimentar o poder da coletividade.

A proposta da Oficina foi intervir como agente transformador, estimulando o senso crítico dos jovens e de seus papéis como cidadãos participativos da sociedade. Ao mesmo tempo, as atividades de teatro pretenderam assumir uma função ocupacional, permitindo que crianças e jovens usufríssem o tempo livre com uma ação educacional e divertida.

Entendemos que em espaços populares que apresentam situações de risco social, o teatro adquire nova e relevante função político-sociocultural, como instrumento para o resgate da autoestima e para a construção da identidade jovem.

A construção desse grupo teve início com a seleção de dez jovens de 13 a 19 anos, residentes nas duas comunidades, e a formação de cinco estudantes universitários da UNIRIO, das áreas de teatro, pedagogia, enfermagem e biologia, que passaram a ministrar oficinas lúdicas e formativas no campo da prevenção de DST. Foram aplicadas técnicas e linguagens teatrais, como grupos de discussão, jogos dramáticos e esquetes, vivenciando situações que os jovens enfrentavam no seu cotidiano, relacionadas principalmente à violência, muito presente nas comunidades em questão.



Naquele momento inicial, as questões propostas pelos jovens nas discussões se voltavam sempre para os riscos enfrentados pela juventude, desde os riscos sociais, até as práticas não responsáveis na vida sexual, que acarretam gravidez precoce e indesejada, ou o perigo de contaminação por DST.

Apesar das dificuldades na realização da atividade, o grupo acreditou no valor da utilização do teatro devido a seu grande potencial para o desenvolvimento pessoal, intelectual e de integração social dos jovens. Em espaços populares que apresentam situações de risco social, o teatro adquire nova e relevante função política-sociocultural, como instrumento para o resgate da autoestima e a construção da identidade jovem.

Até então, esses jovens nunca haviam sido chamados a opinar e expressar criticamente suas opiniões a respeito da vida e, particularmente, da vida que experimentam como moradores de comunidades populares, dentro de uma sociedade que exclui sistematicamente jovens com seu perfil racial, social e educacional.

Assim, o teatro tem provado ser um veículo fundamental na elaboração desse processo de mediação entre a consciência de si e consciência do mundo.

Foram realizados debates sobre tudo o que nos foi apresentado: a matéria ensinada pela professora, algum assunto pela música ou um país por uma novela. A montagem da peça teatral foi realizada coletivamente, e um espetáculo foi montado e exibido, como boas-vindas aos jovens interessados na oficina.

Os jovens foram os responsáveis pela divulgação e pela seleção de outros jovens que entraram na oficina exercendo, assim, o trabalho em equipe e a decisão coletiva. Foram criados e distribuídos cartazes, foram abertas as inscrições e realizadas entrevistas para a seleção do grupo seguinte, de forma a não exceder dois jovens por monitor.



PROJETO CIRCULARIDADE NA CIDADE

A proposta de circular pela cidade foi inserida no Projeto com o objetivo de envolver os jovens em práticas educativas no mês das férias escolares. Essa atividade foi desenvolvida durante quatro finais de semana e envolveu a participação de oito jovens bolsistas do Projeto, 20 jovens da comunidade, quatro estudantes universitários e dois coordenadores do Projeto.

As ações relacionadas a práticas educativas estimulam os jovens ao sucesso em seus investimentos educacionais, tanto do ponto de vista formal (escola) quanto do ponto de vista não formal (outros ambientes da vida cotidiana). O estímulo à circularidade do jovem pela cidade teve a perspectiva de ampliar as práticas de cidadania.

Para planejar o primeiro passeio pela cidade, reunimos o grupo e elaboramos o roteiro de visitas. Durante essa atividade, percebemos que os interesses dos jovens estavam direcionados aos espaços privados e de alto custo. Com restrições orçamentárias, chegamos a um consenso com a escolha de dois eventos em espaços públicos, um gratuito e um privado. Os locais e a ordem das visitas foram propostas pelos jovens com mediação dos educadores. Foram realizadas visitas à exposição de moedas e à Cidade das Crianças, e houve participação na oficina de artes do Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB).

Para apresentar os resultados, os jovens da comunidade, em colaboração com os jovens universitários, elaboraram um relatório; nele, registraram os pontos positivos e os pontos negativos do passeio. Os universitários analisaram os cadernos e, dialogando sobre suas vivências no evento, sistematizaram as ideias. Os demais passeios da agenda dos jovens seguiram a mesma metodologia.

Para a coordenação do Projeto, o principal resultado da atividade de circularidade na cidade foi a possibilidade de ampliar os espaços educacionais por meio da mediação cultural. Essa mediação possibilitou a reflexão sobre o espaço social no qual estamos inseridos. Os passeios representaram a ampliação das vivências no âmbito do lazer, da educação e da cultura, contribuindo para o aumento de conhecimentos para todos os integrantes da equipe.

Entre os inúmeros aprendizados adquiridos no desenvolvimento do Projeto Circularidade na Cidade, o mais destacado, tanto pelos estudantes universitários quanto pelos jovens da comunidade, foi a possibilidade de vivenciar espaços de encontro com pessoas de interesses afins, em lugares agradáveis e com atividades de lazer.

BIBLIOTECA POPULAR DO CHAPÉU MANGUEIRA

O Projeto Biblioteca Popular teve como proposta criar, em parceria com a comunidade de Chapéu Mangueira e Babilônia, um espaço de incentivo à leitura, ao acesso, à disseminação e ao uso da informação em geral, como apoio ao ensino, à pesquisa e à divulgação de eventos relacionados à educação e à cultura dos moradores da localidade.

Foi estabelecida uma parceria com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), instituição centenária da sociedade civil brasileira voltada para a luta pelo direito de livre expressão, para a doação de livros e para a chancela institucional.

O Projeto forneceu treinamento aos jovens envolvidos, ensinando-os o funcionamento básico de uma biblioteca, com a ajuda de três estudantes de biblioteconomia da UNIRIO.

As bibliotecas comunitárias são instituições voltadas para a disseminação de informação, de conhecimento, de cultura, de cursos e de várias ações que atendam às demandas da população local, como o resgate da cidadania e da autoestima, a formação do indivíduo, a integração social e o desenvolvimento de um olhar crítico e reflexivo da realidade na qual se está inserido.

A proposta era instalar a biblioteca em um espaço cedido pela creche comunitária, local ao qual todos têm acesso, e aberto nos melhores horários, para a democratização da leitura.

Esse Projeto foi interrompido após a fase inicial; entretanto, foi possível a identificação, a análise e a restauração de um acervo de, aproximadamente, 5.000 livros doados, que estavam abandonados em um depósito em Chapéu Mangueira.

COMITÊ DE LEITURA EM CHAPÉU MANGUEIRA E BABILÔNIA

A parceria com a UNESCO e com a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida visou a fortalecer e disseminar o estímulo à leitura nesses espaços sociais. Para que isso ocorresse, foram utilizadas estratégias por intermédio das oficinas pedagógicas, que valorizam a educação como geradora de uma conscientização direcionada a desafiar o futuro.

Utilizaram-se as seguintes atividades:

- exibição de filmes com comentários positivos e negativos sobre o personagem principal;
- realização de pequenos debates para identificar em que momento a mensagem colocada permitia responder a uma série de questões relacionadas à conduta humana;
- criação de novas histórias, que foram lidas nas oficinas seguintes;
- exercício do protagonismo nos processos de sistematização, de reorganização e de reelaboração do conhecimento;
- estabelecimento de uma nova síntese entre o chamado *conhecimento* e o *saber* que provém da prática coletiva cotidiana;
- sistematização e expressão de ideias e opiniões – compilação, crítica e sintetização de informações; estímulo à percepção da importância e da necessidade de organização e da troca cultural entre os próprios grupos sociais que estão inseridos, por intermédio do contador de histórias.

Desenvolvido em articulação com a equipe pedagógica da Escola Tia Percília e da Creche do Chapéu Mangueira, o projeto teve como objetivo oferecer suporte ao programa Conexões de Saberes pelo estímulo à leitura e à educação, garantindo-se a promoção da cidadania como estratégia de transformação social.

A cada fase do Projeto, as atividades eram planejadas de acordo com a reação e o desempenho das crianças e dos adolescentes. Os instrumentos para verificar o andamento do Projeto foram a discussão de questões e de alternativas para se identificar métodos eficazes

na aprendizagem coletiva e no despertar de novos interesses e inclinações.

A relevância desse Projeto permitiu construir um novo olhar sobre o desenvolvimento cognitivo das camadas populares. É de essencial importância que os universitários das licenciaturas estejam em contato com a realidade das diversas camadas da sociedade. Os benefícios do Projeto para a comunidade, bem como a sua articulação com o Projeto CAJU foram nítidos para a formação de uma consciência coletiva que valorize a integração de conhecimentos múltiplos e variados.

Foram oferecidas às crianças e aos jovens:

- possibilidades de se expressarem com o uso da palavra, proporcionando o desenvolvimento do seu lado criativo por meio do uso da imagem;
- oportunidades de desenvolver um trabalho de escrita narrativa (contos ou romances). As oficinas enfocaram atividades de técnica de escrita, assim como exercícios de leitura;
- oportunidades de participarem de oficinas, tais como: Aprender com a Diferença; Revendo o Social, Redefinido os Conceitos de Amor e Poder; Se Todos Fossem Iguais, como é que Seria?;
- liberdade individual, com a finalidade de se esboçar um diagnóstico do perfil da comunidade e debater as visões de cada um sobre a realidade, propondo-se uma postura progressista.

CONSTRUÇÃO DE PORTADORES TEXTUAIS: CARTILHA

A construção de portadores textuais foi uma atividade inserida no Projeto, com objetivo de sistematizar as discussões que aconteciam nos encontros com os jovens. Em 2008, trabalhamos o teatro com o tema *gravidez na adolescência*. Para sistematizar a dramatização produzida nas aulas, os jovens foram orientados e preparados para elaborar a cartilha “A história de uma adolescente”, inspirada no livro “Esfria a cabeça, rapaz: uma cartilha para rapazes sobre violência contra mulher”¹.



A atividade trabalhou de forma lúdica com os temas *gravidez na adolescência* e *violência*, e obteve resultado extenso e concreto, pois foi o primeiro exercício do Projeto que mais se aproximou de uma publicação. Apesar de termos concretizado outras atividades, essa foi a primeira a apresentar um material palpável, e nela os jovens puderam apreciar e vislumbrar o trabalho, observando as qualidades e os defeitos da publicação.

Os jovens da comunidade inseridos no Projeto foram responsáveis pelo registro por escrito de todas as atividades, desde os relatos dos passeios até a elaboração dos diálogos e dos textos da cartilha. Esses trabalhos foram acompanhados pelos universitários bolsistas, que corrigiram os erros ortográficos e instruíram os jovens.

Em todos os momentos, os jovens do Projeto tiveram orientação e apoio dos universitários de origem popular, fato que demonstrou aos jovens da comunidade que eles também poderiam ocupar uma vaga em uma universidade pública. Para os bolsistas universitários, esse período de elaboração da cartilha ensinou lições que se inserem nos âmbitos pedagógico e organizacional.

Os jovens universitários registraram que um dos aprendizados do Projeto ocorreu na área de organização. Eles enfrentaram várias dificuldades, principalmente a dispersão e as ausências dos jovens da comunidade, para o desenvolvimento em equipe da cartilha. Entretanto, eles foram capazes de garantir a realização de um produto planejado e desenvolvido pelos jovens da comunidade.



“O trabalho me trouxe uma visão maior do grupo e da comunidade; porém, o que mais causou impacto foi a linguagem empregada e o tema da cartilha (ambos escolhidos por eles). Esses temas, interpretados por eles na cartilha, mostram a dinâmica da comunidade e exterioriza o pensamento de alguns para o ambiente em que vivem, possibilitando o enriquecimento do conhecimento dos universitários na construção de trabalhos na comunidade”.

Bolsista universitária do Projeto.

Com o processo de elaboração da cartilha, tornou-se mais fácil para os jovens visualizarem o que é um Projeto, suas fases de planejamento e de execução. Essa cartilha constitui um objeto concreto, que demonstra a responsabilidade dos jovens em divulgar e reproduzir o conhecimento.

1. Material do Instituto PROMUNDO e do Grupo Consciência Masculina, para o Projeto De Jovem para Jovem. Disponível em: <www.promundo.org.br>.

EXPERIÊNCIA DA SENAD

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) foi criada em 19 de junho de 1998, pela Medida Provisória nº 1.669 e do Decreto nº 2.632. São competências da SENAD: exercer a secretaria-executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD); articular e coordenar as atividades de prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas; propor a atualização da Política Nacional sobre Drogas na esfera de sua competência e gerir o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID). Em 2011, a Secretaria passou a compor a estrutura do Ministério da Justiça (MJ).

No cumprimento de sua missão institucional de articular e coordenar as atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e reinserção de usuários e dependentes de drogas e, com vistas ao fortalecimento da rede de acolhimento local, a SENAD vem, desde 2003, concentrando esforços na área da capacitação de atores sociais que trabalham na prevenção, no tratamento e na reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Consideradas as dimensões continentais do Brasil e a necessidade de estender a formação às diferentes regiões, com a otimização de recursos, grande parte dessa capacitação é oferecida na modalidade de educação a distância, com certificação de renomadas universidades brasileiras. Entre as capacitações que utilizam a EAD, merecem destaque os seguintes cursos:

- profissionais da área de saúde e de assistência social – curso voltado para a correta identificação e diagnóstico dos usuários de álcool, crack e outras drogas, por meio da utilização de técnicas de detecção precoce e de intervenção breve;
- lideranças religiosas – capacitação destinada a lideranças religiosas e de movimentos afins para a atuação na prevenção do uso do crack, do álcool e de outras drogas junto à comunidade;
- conselheiros municipais e lideranças comunitárias – visa ao fortalecimento e à articulação da rede comunitária local, trabalhando as relações do uso de drogas com a prevenção da violência e outras vulnerabilidades;
- operadores do direito – voltado a juízes, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, o curso é parte de um projeto mais amplo de integração de competências e de disseminação de boas práticas. Visa à capacitação dos diferentes atores envolvidos na aplicação da lei de drogas vigente no país e trabalha temas como o cumprimento de penas e de medidas alternativas, medidas protetivas e medidas socioeducativas;
- educadores de escolas públicas – voltado para capacitar profissionais da educação quanto ao desenvolvimento de programas de prevenção do uso de drogas e de outros comportamentos de risco no contexto escolar.

Esse esforço permitiu a formação e a articulação de ampla rede de proteção social, constituída por mais de 200 mil profissionais e lideranças comunitárias. Em 2010, nos diferentes cursos a distância, foram ofertadas 65 mil novas vagas para capacitação, com investimentos de mais de 14 milhões de reais (cerca de 10 milhões de dólares).

CURSO DE PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS PARA EDUCADORES DE ESCOLAS PÚBLICAS



Em 2010, a SENAD anunciou, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, a abertura das inscrições para a quarta edição do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas.

Essa capacitação faz parte das ações previstas no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, que tem como objetivo coordenar as atividades federais de prevenção, de tratamento e de reinserção social do usuário de crack e/ou outras drogas, bem como enfrentar o tráfico em parceria com estados, municípios e sociedade civil. Esse Plano prevê o fortalecimento da rede comunitária por meio de ações de capacitação de diferentes segmentos profissionais, conselheiros e líderes comunitários.

As três edições anteriores tiveram a participação de 50 mil educadores em todo o país. A edição de 2011 ofereceu, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, 25 mil vagas para a capacitação de educadores, entre eles professores, coordenadores e gestores de escolas públicas, além de profissionais de segurança pública que atuam como educadores sociais e policiais comunitários, com prioridade para 11 regiões estratégicas integrantes do Pronasci. Quase 80 mil pessoas realizaram sua pré-inscrição, o que demonstra a relevância que a temática tem em todo o país.

O objetivo do curso é preparar os educadores para a realização de ações preventivas na escola, além de fornecer abordagem adequada às situações de uso de álcool, de crack e outras drogas, assim como de outros comportamentos de risco. Visa, ainda, a sensibilizar a população-alvo para a importância de se trabalhar a questão do uso de drogas na escola, dentro de uma perspectiva de ações integradas em redes de parcerias, de cidadania, de responsabilidade e de promoção da saúde; proporcionar uma compreensão da problemática do uso de drogas dentro dos princípios de atualidade, objetividade, abrangência e senso crítico; desenvolver uma postura de reflexão sobre a questão das drogas que favoreça a autonomia e a segurança para o trabalho preventivo em rede; e por fim proporcionar conhecimentos científicos e técnicos que permitam desenvolver ações preventivas no âmbito da escola.

Em todas as edições, o curso foi ofertado gratuitamente e teve duração de quatro meses, com carga horária de 120 horas. Os alunos recebem o material didático no endereço residencial (livro e videoaulas) e acessam um ambiente virtual de aprendizagem com o acompanhamento de tutores. Essa equipe de tutoria esclarece dúvidas dos cursistas pela plataforma virtual, por correio eletrônico e pelo sistema de telefonia gratuita, e os auxilia no estudo dos conteúdos, no diagnóstico da situação da escola e da comunidade, e na elaboração do projeto final. Ao final do curso, os concluintes recebem um Certificado de Extensão Universitária, emitido pela Instituição de Ensino Superior (IES) realizadora do curso.

A novidade desta quarta edição foi a realização de teleconferências que criaram maior interação com os alunos, promotores e especialistas, conferências que podem ser

acompanhadas pela internet, ao vivo, em um link aberto ao público disponível em: <www.cursoeducadores.senad.gov.br>. Alunos matriculados e não matriculados podem assistir às teleconferências e enviar perguntas pela internet, sem a necessidade de cadastro prévio ou senha. A teleconferência inaugural apresentou um debate técnico com o tema A Escola em Rede na Prevenção do Uso de Drogas, com a participação de representantes da SENAD, do MEC e de especialistas na área.

Ao final do curso, cada escola deverá apresentar um projeto de prevenção a ser desenvolvido na própria instituição, a partir da articulação das redes sociais e em consonância com as orientações e as diretrizes da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e do Plano Nacional de Educação (PNE).

Este ano, o curso teve o programa ampliado com a inclusão de mais 60 horas, totalizando 180 horas. O módulo adicional foi oferecido para os educadores aprovados na primeira etapa. A escola teve acesso à supervisão de tutores treinados e de especialistas, com orientação e acompanhamento para a implementação dos projetos, de forma a possibilitar o desenvolvimento de um modelo eficiente de prevenção do uso de álcool, crack e outras drogas no ambiente escolar.

O objetivo da SENAD e do MEC é formar educadores capazes de desenvolver programas de prevenção do uso de drogas, detectar comportamentos de risco na escola, abordar adequadamente crianças e adolescentes, e encaminhar alunos e familiares para a rede de serviços existente no município.

Com esta e outras edições do curso, a SENAD espera que os profissionais capacitados possam – com a apropriação dos conhecimentos e das ferramentas oferecidas – aplicar o conhecimento adquirido em ações concretas na prevenção do uso de drogas e na proteção dos jovens, reconhecendo a escola como um espaço privilegiado para ações preventivas e preparando o educador como um agente de prevenção por excelência.

A SENAD acredita que a efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da responsabilidade compartilhada, com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e à promoção geral da saúde e da educação. Por esse motivo, a capacitação de educadores é uma ação estratégica e permanente do Governo Federal no tocante a políticas públicas sobre drogas no país.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

**Representação
no Brasil**

